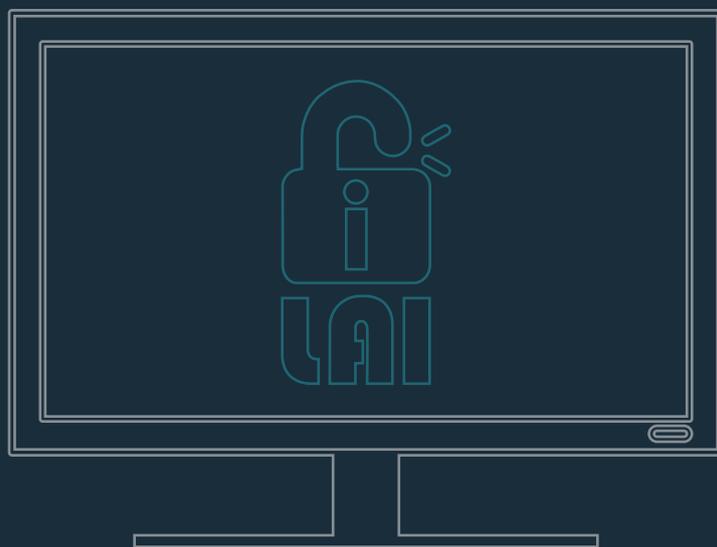


RELATÓRIO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO 2022



Prefeito da Cidade de São Paulo

Ricardo Nunes

Controlador Geral do Município

Daniel Falcão

Chefe de Gabinete

Thalita Abdala Aris

Ouvidora Geral do Município

Maria Lumena Balaben Sampaio

Coordenador de Promoção da Integridade

José Maurício Linhares Barreto Neto

Divisão de Transparência Passiva (OGM)

Liliane Aparecida Carrillo da Silva

Giselle de Melo dos Santos

Carolina Marques Santos

Guilherme Yamaguchi Piza (estagiário)

Divisão de Relatórios e Estatísticas (OGM)

Sheila de Fátima Batista Malta

Marcio Henrique Ramires dos Santos

Assessoria Técnica (COPI)

Carolina Helena Rodrigues

João Victor Palhuca Braz

Ricardo Figueirêdo Veiga

Divisão de Fomento ao Controle Social (COPI)

Glauca Bellei Neix

Beatriz Chaves Dias

Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos (COPI)

Thulio Manoel Costa Oliveira

Bianca Lisboa Jacom

Douglas Oliveira de Andrade

Revisão

Carolina Helena Rodrigues

Giselle de Melo dos Santos

Ricardo Figueirêdo Veiga

José Maurício Linhares Barreto Neto

Diagramação

Marília Miquelin de Oliveira

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHM	Autarquia Hospitalar Municipal
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CGM	Controladoria Geral do Município
CMAI	Comissão Municipal de Acesso à Informação
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação
COPI	Coordenadoria de Promoção da Integridade
EMASP	Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FTMSP	Fundação Theatro Municipal de São Paulo
HSPM	Hospital do Servidor Público Municipal
IPREM	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo
LAI	Lei de Acesso à Informação
OGM	Ouvidoria Geral do Município
OGP	<i>Open Government Partnership</i>
OMS	<i>Organização Mundial da Saúde</i>
PGM	Procuradoria Geral do Município
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PRODAM	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo
R.O.	Recurso de Ofício
REDE INFO ABERTA	Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação
SEGES	Secretaria Municipal de Gestão
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação

SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SERI	Secretaria Executiva de Relações Institucionais
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SFMSP	Serviço Funerário do Município de São Paulo
SGM	Secretaria do Governo Municipal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDET SMDHC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SME	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMIT	Secretaria Municipal de Educação
SMJ	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMPED	Secretaria Municipal de Justiça
SMRI	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMS	Secretaria Municipal de Relações Internacionais
SMSU	Secretaria Municipal da Saúde
SMSUB	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMT	Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMTUR	Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito
SMUL	Secretaria Municipal de Turismo
SP OBRAS	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SP	São Paulo Obras
URBANISMO	São Paulo Urbanismo
SPDA	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
SPSEC	Companhia Paulista de Securitização

SPTrans	São Paulo Transportes S/A
SPTURIS	São Paulo Turismo S/A
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
VCGE	Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
1. Transparência Passiva	10
a. Estatísticas gerais do e-SIC	10
I. Relação dos pedidos e total de pedidos registrados no e-SIC	13
II. Pedidos por Órgão/ Entidade Municipal em 2022	14
III. Pedidos por Órgão a cada mês	17
IV. Encaminhamentos	20
V. Recursos de ofício	21
VI. Canal de Entrada dos pedidos	24
2. Classificação Temática dos Pedidos de Acesso à Informação	25
3. Perfil de usuários do e-SIC	28
I. Localização geográfica de solicitantes	28
II. Quantidade de pedidos por personalidade jurídica de solicitantes	29
III. Quantidade de pedidos por gênero de solicitantes	30
IV. Quantidade de pedidos por escolaridade de solicitantes	30
V. Ocupação Profissional de solicitantes por pedidos	31
4. Transparência Ativa	33
I. Portal da Transparência	33
II. Visitas ao Portal da Transparência e ao Portal de Dados Abertos entre 2012 e 2022	34
III. Visitantes únicos, nº de visitas e páginas visitadas do Portal da Transparência - 2012 e 2022	35
III. Visitantes únicos, nº de visitas e páginas visitadas do Portal de Dados Abertos - 2012 e 2022	35
V. N° de Visitas, de Páginas Visitadas e Volume de dados baixados em ambos os portais – 2012 a 2022	36
5. Informações Classificadas e Desclassificadas	37
6. Capacitações e debates realizados	41
I. Atividades internas de formação	41
II. Atividades envolvendo Público Interno e Externo	42
III. Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto	44
7. Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto	46
Referências	47

Apresentação

O Relatório Anual da Lei de Acesso à Informação do ano de 2022 do Município de São Paulo tem como objetivo a apresentação dos dados estatísticos dos pedidos de acesso à informação registrados através do Sistema e-SIC (Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão) sob gestão da Controladoria Geral do Município, por meio da Ouvidoria Geral do Município e Coordenadoria de Promoção da Integridade, em cumprimento à Lei Federal nº 12.527/2011, regulamentada, no âmbito do Poder Executivo Municipal, através do Decreto Municipal 53.623/2012.

O ano de 2022 apresentou uma tendência de estabilização dos pedidos de informação no cenário pós-pandemia, registrando uma diminuição nos registros, com variação de -2,4% de 2021 para 2022. Em números absolutos, foram registrados 8.064 pedidos de informação em 2022; 8.262, em 2021; e 9.853, em 2020. Entre 2012 e 2022, foram registrados 65.569 pedidos de acesso à informação através do Sistema e-SIC.

Houve um aumento de 30% de pedidos complexos, que demandaram mais trabalho e consolidação de informação para elaboração da resposta, e a diminuição de 26% nos registros de Recursos de Ofício, aqueles que não tiveram resposta ao pedido inicial ou na primeira fase recursal. Os pedidos de informação respondidos em fase inicial no ano de 2022 tiveram a variação de - 0,8% se comparados a 2021, sendo atendidos, em 2022, 89,5% dos pedidos e, em 2021, 90,2% dos pedidos, em comparação ao total de pedidos de acesso à informação registrados. Do total geral de pedidos registrados, em 2022, 73,1% foram atendidos e 16,4% foram indeferidos. A primeira e a terceira instâncias recursais apresentaram uma variação no número total de decisões, se comparadas ao ano anterior: respectivamente, + 6% e + 8,7%. A segunda instância recursal teve uma variação de - 20%, ou seja, 746 recursos em 2022 em comparação a 935 em 2021.

Observou-se, também, aumento nas solicitações apresentadas à terceira instância recursal: de 174 recursos em 2021 para 192 recursos em 2022. Isso representa um acréscimo de 10%, reincidindo o comportamento identificado em 2021, no qual houve um aumento de 48,8% em relação a 2020. Os recursos em pedidos de acesso à informação apresentados à CMAI – Comissão Municipal de Acesso à Informação, última instância administrativa de tramitação, sinalizam o maior interesse do cidadão em solicitar esclarecimentos quanto às informações prestadas nas instâncias anteriores pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. Do total de 8.064 pedidos de informação em 2022, chegaram à 3ª instância 192 recursos, o que corresponde a 2,4%.

A Controladoria Geral do Município, por meio da Ouvidoria Geral do Município, é responsável pela política de Transparência Passiva, razão pela qual constantemente adota ações para atendimento à LAI. Destacam-se nesse período:

1. Cursos mensais acerca da transparência passiva e boas práticas de atendimento e resposta aos pedidos e-sic pelo CFCI – Centro de Formação de Controle Interno. Em 2022, aproximadamente 400 pessoas participaram de cursos sobre Pedidos de Acesso à Informação;

2. Apresentação de projeto para implantação da Política de Privacidade no portal e-SIC e elaboração da regra de negócio;
3. Elaboração de Boletins informativos eletrônicos mensais, abordando o tema Transparência Passiva na Administração Pública Municipal;
4. Realização de Pesquisa com os Pontos Focais e-SIC para compreender a atuação dos funcionários envolvidos no atendimento dos pedidos de acesso à informação;
5. Acompanhamento da solicitação de implementação de Inteligência Artificial para anonimização direta na base e-SIC;
6. Plano de adequação à LGPD;
7. Retomada do projeto de implementação da Pesquisa de Satisfação do Usuário no sistema e-SIC.

A Coordenadoria de Promoção da Integridade, por meio da Divisão da Transparência Ativa e Dados Abertos, também contou com importantes avanços no ano de 2022. Foram implementadas melhorias no Portal da Transparência, como detalhamentos nas remunerações do funcionalismo da Administração Direta, e maior integração entre as informações de contratos, convênios, empenhos e pagamentos.

Também foi lançada a plataforma de acompanhamento de obras da PMSP, o portal Obras Abertas, que conta com apresentação na página inicial do Portal da Transparência, além de dados e imagens das obras. Atualmente o portal possui dados de todas as obras realizadas pela SIURB. Por fim, ainda foram realizadas melhorias no processo de atualização do Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD). O objetivo destas melhorias é o aprofundamento sobre os metadados relacionados às bases da PMSP, contando com campos de mapeamento relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados.

São Paulo, 26 de maio de 2023

Daniel Falcão

Controlador Geral do Município

Introdução

A Controladoria Geral do Município de São Paulo é o órgão responsável pela promoção do controle interno dos órgãos municipais e das entidades da administração indireta, além de dar suporte ao Prefeito no combate à corrupção, na promoção da moralidade, da ética e da transparência no setor público, no incentivo ao controle social da gestão municipal e nas atividades de auditoria, correição e ouvidoria, bem como atuar na defesa do usuário do serviço público municipal.

No que se refere à Transparência Pública, a CGM/SP é responsável pelo monitoramento da Lei de Acesso à Informação ([Lei Federal n. 12.527/2011](#)), regulamentada no município pelo [Decreto Municipal n. 53.623/2012](#), além de promover treinamentos aos agentes públicos para o desenvolvimento de boas práticas relacionadas à transparência na Administração Pública.

A transparência possui sua face **ativa**, quando o poder público divulga proativamente suas informações para a população nos portais institucionais, e sua face **passiva** através dos pedidos de acesso à Informação - a disponibilização de informações custodiadas ou produzidas pelo poder público municipal, a partir de pedidos de cidadãos e cidadãs por meio do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

Entre as ações de promoção da transparência no ano de 2022, constam as atividades formativas para servidores públicos e membros da sociedade civil, em que a Controladoria Geral do Município, por meio da OGM – Ouvidoria Geral do Município e da COPI – Coordenadoria de Promoção da Integridade, realizou capacitações, debates e atividades internas de formação.

Em cumprimento ao art. 30 da Lei de Acesso à Informação ([Lei Federal n. 12.527/2011](#)) e ao art. 53 do [Decreto Municipal n. 53.623/2012](#), este relatório compila informações gerais e dados estatísticos relacionados ao funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em suas modalidades presencial, carta e eletrônica (e-SIC), bem como traz informações sobre atividades relacionadas à promoção da transparência no município e perfil dos usuários do Sistema e-SIC, entre **1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022**.

1. Transparência Passiva

O direito de acesso à informação pública é reconhecido internacionalmente como um direito humano, vinculado à liberdade de expressão na democracia. Assim, a promoção da cultura de transparência e do acesso à informação pode ser considerada ação indispensável ao fortalecimento da democracia, já que possibilita que o Poder Público seja exercido de forma aberta e participativa.

Fundamentada pelo inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada em 18 de novembro de 2011, tornou-se uma referência para a transparência pública no Brasil, além de estabelecer mecanismos de Transparência Passiva e Ativa, rompendo com o paradigma de segredo.

No que diz respeito à Transparência Passiva, para que a sociedade possa ter acesso a informações da Administração Pública, em especial àquelas que não estejam disponíveis de maneira proativa, a Lei de Acesso à Informação estabeleceu que qualquer pessoa, sem que haja a necessidade de dizer o motivo, poderá solicitar aos órgãos informações por eles produzidas ou guardadas. Dessa forma, a Transparência Passiva tornou-se dever de todos os órgãos e entidades públicas e houve a necessidade de criação de um serviço público como ponto de contato entre a sociedade e o setor público: Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

No município de São Paulo, o Decreto Municipal nº 53.623/2012 regulamentou a LAI, estabelecendo as responsabilidades, procedimentos, canais adequados, prazos, sistema e recursos. Os pedidos de acesso à informação podem ser registrados em um dos três canais de entrada (presencial, carta ou eletronicamente) por qualquer pessoa que queira solicitar informações sobre a gestão pública aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

O Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão concentra todos os pedidos de acesso à informação registrados, independentemente dos canais de entrada. O e-SIC permite que o(a) cidadão(ã) realize seu cadastro, acompanhe a tramitação de seu pedido e registre recursos. Além disso, o sistema contabiliza automaticamente os prazos de atendimento e possibilita o encaminhamento interno dos pedidos iniciais entre os órgãos da Prefeitura.

Apresentamos os dados estatísticos referentes ao ano de 2022 dos pedidos de acesso à informação registrados no Sistema e-SIC. Esses dados foram consolidados pela Divisão de Relatórios e Estatísticas da Ouvidoria Geral do Município.

Estatísticas gerais do e-SIC

Mensalmente, são mensurados e publicados os pedidos protocolados e os recursos apresentados pelos cidadãos (ãs) (dados acessíveis através da página: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/ouvidoria/transparencia_passiva/index.php?p=261543).

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram registrados no e-SIC municipal 8.064 pedidos. Em comparação ao ano anterior¹, houve uma redução de 198 pedidos de acesso à informação, ou seja, aproximadamente 2,4%.

Em 2022, 7.214 pedidos tiveram decisões iniciais, sendo 5.891 atendidos e 1.323 indeferidos. No mesmo período, 936 solicitações foram encaminhadas à primeira instância recursal; 746 foram analisadas pela Ouvidoria Geral do Município em segunda instância recursal; e 192 solicitações passaram para análise da terceira e última instância recursal, cuja competência é da Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), conforme detalha a tabela abaixo:

Detalhamento do fluxo anual dos pedidos¹

Situação	2022	2021	2020
Pedidos registrados	8064	8262	9853
Decisões iniciais	7214	7455	8362
Atendidos	5891	6234	7505
Indeferidos	1323	1221	857
1ª instância: solicitações	936	992	1041
1ª instância: decisões	791	777	796
Deferidos	515	606	613
Indeferidos	276	171	183
2ª instância: solicitações	746	935	1255
2ª instância: decisões	714	899	999
Deferidos	282	374	857
Indeferidos	432	525	142
3ª instância: solicitações	192	174	117
3ª instância: decisões	136	108	99
Deferidos	20	26	47
Indeferidos	116	82	52

¹ Em cada instância recursal há uma quantidade de decisões deferidas e indeferidas, no ano referido, comparado aos dois últimos anos. É importante salientar que, em virtude dos prazos de atendimento e prazos recursais, o número total de solicitações não coincidirá com o número total de decisões recursais. O detalhamento completo dos dados estatísticos apresentados pode ser obtido ao consultar os relatórios publicados na página da Controladoria Geral do Município, disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/ouvidoria/transparencia_passiva/index.php?p=261543

¹ O relatório anual de 2021 está acessível através do link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/controladoria_geral/Rel-LAI-2021_Publicacao_27_05_2022.pdf

Interpretando os dados acima

→ **Pedidos registrados** são todos os pedidos registrados no sistema e-SIC, independentemente do canal de entrada, no referido ano, desconsiderando eventuais mudanças devido aos encaminhamentos internos via sistema.

→ As **decisões iniciais** são todos os pedidos de informação que foram analisados e respondidos no referido ano. É importante destacar que, devido ao prazo de atendimento (20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, mediante justificativa) e a dinâmica dos encaminhamentos internos via sistema, eventualmente alguns protocolos não são atendidos em seu ano de registro.

→ Os **pedidos atendidos** são os pedidos de acesso à informação que foram atendidos pelos órgãos em seus exatos termos, ou seja, foi concedida uma resposta em relação ao que o(a) requerente solicitou.

→ Os **pedidos indeferidos** são aqueles recusados pelos órgãos e justificados com base legal ao(à) requerente.

→ **1ª Instância: solicitações** são os pedidos de informação que tiveram recursos de 1ª instância registrados para o próprio órgão naquele ano.

→ **1ª instância: decisões** são os recursos de 1ª instância que foram analisados e respondidos pelos órgãos no ano em questão.

→ Os recursos de **1ª instância deferidos** são os recursos atendidos em seus termos pelos órgãos, no ano em questão.

→ Os recursos de **1ª instância indeferidos** são aqueles negados e justificados com base legal pelos órgãos, no ano em questão.

→ **2ª instância: solicitações** são os pedidos de informação que tiveram recursos de 2ª instância apreciados pela Ouvidoria Geral registrados naquele ano.

→ **2ª instância: decisões** são os recursos de 2ª Instância que foram analisados pela CGM.

→ Os recursos de **2ª instância deferidos** são recursos atendidos pelo órgão de origem, após análises e encaminhamentos da CGM, no ano em questão.

→ Os recursos de **2ª instância indeferidos** são recursos analisados e negados pela CGM, devidamente justificados com base legal, no ano em questão.

→ **3ª instância: solicitações** são os pedidos de informação que tiveram recursos de 3ª instância apreciados pela CMAI registrado naquele ano.

→ **3ª instância: decisões** são os recursos de 3ª instância que foram analisados pela Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI) naquele ano, tendo sua resposta emitida.

→ Os recursos de **3ª instância deferidos** são recursos atendidos nos seus termos pela Comissão Municipal de Acesso à Informação, naquele ano.

→ Os recursos de **3ª instância indeferidos** são aqueles negados pela Comissão Municipal de Acesso à informação e justificados, naquele ano.

I. Relação dos pedidos e total de pedidos registrados no e-SIC

Em 2012, na cidade de São Paulo, teve início o Serviço de Informação ao Cidadão, sendo o primeiro protocolo registrado em 23 de agosto de 2012. A evolução do uso do sistema e-SIC para a realização de pedidos de acesso à informação teve um aumento gradativo desde sua implantação. É possível observar um aumento significativo de pedidos nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2020, se comparados esses anos aos que os antecederam.

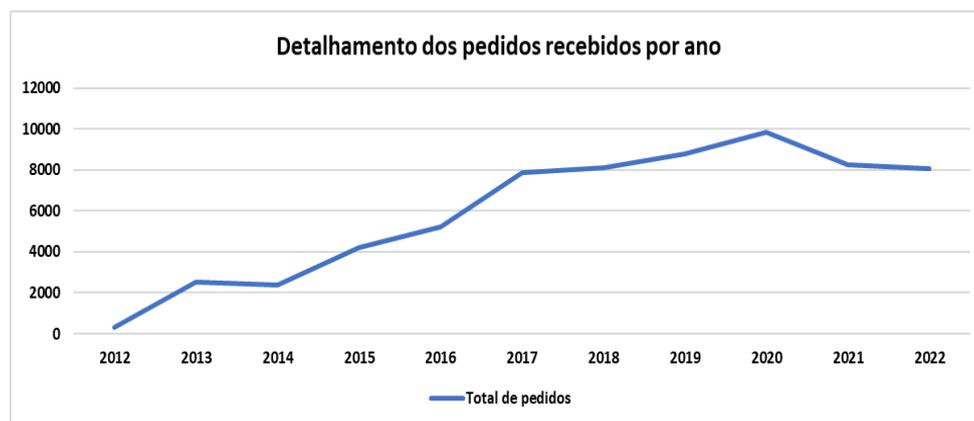
Devido ao novo coronavírus, a OMS declarou pandemia em 11 de março de 2020. A Prefeitura de São Paulo, através do Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020, declarou situação de emergência no município. Nesse período, a CGM orientou os órgãos e entidades municipais acerca da necessidade de garantia do direito de acesso à informação. Considerando a classificação VCGE, o assunto mais recorrente nos pedidos de acesso à informação em 2020 foi funcionalismo.

Em 2021, houve uma diminuição de 16% se comparado com 2020. Em 2022, houve uma redução de 2,4% na quantidade total de registros de pedidos de acesso à informação, se comparado ao ano de 2021, passando de 8262 para 8064. Os dados foram extraídos da base do sistema e-SIC pela equipe da Divisão de Relatório e Estatísticas, no primeiro trimestre de 2023.

Detalhamento dos pedidos recebidos por ano

Ano	Primeiro protocolo do ano	Último protocolo do ano	Total de pedidos	Média mensal
2012	1	295	295	73,8
2013	296	3870	2521	210,1
2014	3871	10257	2404	200,3
2015	10258	14474	4217	351,4
2016	14475	19686	5212	434,3
2017	19687	27546	7860	655
2018	27547	35649	8103	675,3
2019	35650	44427	8778	731,5
2020	44428	54281	9853	821,08
2021	54282	62543	8262	688,5
2022	62544	70607	8064	672

A tabela acima apresenta um resumo dos pedidos efetuados e de seu registro no banco de dados do e-SIC. A média mensal de registros de pedidos passou de 688,5, em 2021, para 672, em 2022.



Na tabela acima, é possível observar a crescente evolução dos pedidos de acesso à informação registrados no sistema e-SIC, desde sua implantação em 2012 até o ano de 2022, mantendo uma variação aproximada na quantidade total nos anos de 2018, 2019, 2021 e 2022, sendo que o período em que houve o maior número de registro foi o ano de 2020.

II. Pedidos por Órgão/ Entidade Municipal em 2022

Verifica-se, a seguir, a lista de pedidos recebidos por órgão / entidade municipal e qual a proporção desta quantidade em relação ao total de pedidos registrados no ano:

Órgãos	Total de pedidos por órgão	% do total de pedidos
SMS - Secretaria Municipal da Saúde	1463	18.1%
SPTrans - São Paulo Transportes S/A	636	7.9%
CET - Companhia de Engenharia de Tráfego	629	7.8%
SF - Secretaria Municipal da Fazenda	496	6.2%
SME - Secretaria Municipal de Educação	484	6.0%
SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	291	3.6%
SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	276	3.4%
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	222	2.8%
CGM - Controladoria Geral do Município	211	2.6%
SEGES - Secretaria Executiva de Gestão	189	2.3%
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	184	2.3%
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana	182	2.3%

SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	157	1.9%
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação	151	1.9%
Subprefeitura São Mateus	144	1.8%
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	139	1.7%
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	125	1.6%
SMC - Secretaria Municipal de Cultura	124	1.5%
PGM - Procuradoria Geral do Município	102	1.3%
SGM - Secretaria de Governo Municipal	79	1.0%
Casa Civil	74	0.9%
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	71	0.9%
Subprefeitura Vila Mariana	70	0.9%
SP Regula - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	70	0.9%
SP OBRAS - São Paulo Obras	68	0.8%
AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	60	0.7%
SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	55	0.7%
Subprefeitura Pinheiros	55	0.7%
SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	54	0.7%
Subprefeitura Sé	46	0.6%
SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	45	0.6%
Subprefeitura Lapa	43	0.5%
Subprefeitura Butantã	43	0.5%
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	40	0.5%
Subprefeitura Capela do Socorro	38	0.5%
IPREM - Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	38	0.5%
Subprefeitura Itaquera	38	0.5%
Subprefeitura São Miguel Paulista	37	0.5%
Subprefeitura Vila Prudente	35	0.4%
SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	35	0.4%
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	34	0.4%

Subprefeitura Penha	34	0.4%
Subprefeitura Santo Amaro	33	0.4%
Subprefeitura Jabaquara	33	0.4%
SFMSP - Serviço Funerário	29	0.4%
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	29	0.4%
Prodam-Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Munic.SP	28	0.3%
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	27	0.3%
Subprefeitura Guaianases	27	0.3%
Subprefeitura Ipiranga	27	0.3%
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	26	0.3%
Subprefeitura Mooca	25	0.3%
SPTURIS - São Paulo Turismo S/A	25	0.3%
Subprefeitura Sapopemba	25	0.3%
Subprefeitura Campo Limpo	24	0.3%
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	24	0.3%
Subprefeitura Itaim Paulista	24	0.3%
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	23	0.3%
SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais	22	0.3%
Subprefeitura Cidade Ademar	22	0.3%
Subprefeitura Freguesia / Brasilândia	20	0.2%
Subprefeitura Cidade Tiradentes	20	0.2%
SMJ - Secretaria Municipal de Justiça	20	0.2%
SECOM - Secretaria Especial de Comunicação	19	0.2%
Subprefeitura M' Boi Mirim	18	0.2%
HSPM - Hospital do Servidor Público Municipal	18	0.2%
Subprefeitura Perus	17	0.2%
SERI – Secretaria Executiva de Relações Institucionais	17	0.2%
Subprefeitura Parelheiros	17	0.2%
SP URBANISMO - São Paulo Urbanismo	16	0.2%
São Paulo Parcerias S/A	15	0.2%

FPETC_ Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	8	0.1%
FTMSP - Fundação Theatro Municipal de São Paulo	7	0.1%
SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	6	0.1%
SMTUR - Secretaria Municipal de Turismo	5	0.1%
SPSEC - Companhia Paulistana de Securitização	1	0.01%
Total Geral	8064	100%

Ao registrar um pedido de acesso à informação, o(a) requerente indica para qual órgão/entidade direcionará o pedido. É possível observar que a Secretaria Municipal da Saúde foi o órgão mais demandado, o que correspondeu a 18,1% do total dos pedidos de acesso à informação registrados. Porém, considerando os serviços prestados, os órgãos que atuam com Mobilidade Urbana receberam 19,3% do total de pedidos registrados em 2022, sendo 7,9% direcionados para SPTrans, 7,8% registrados para CET e 3,6% para SMT. As Subprefeituras receberam, no total, 13,9% dos pedidos registrados.

III. Pedidos por Órgão/Entidade a cada mês

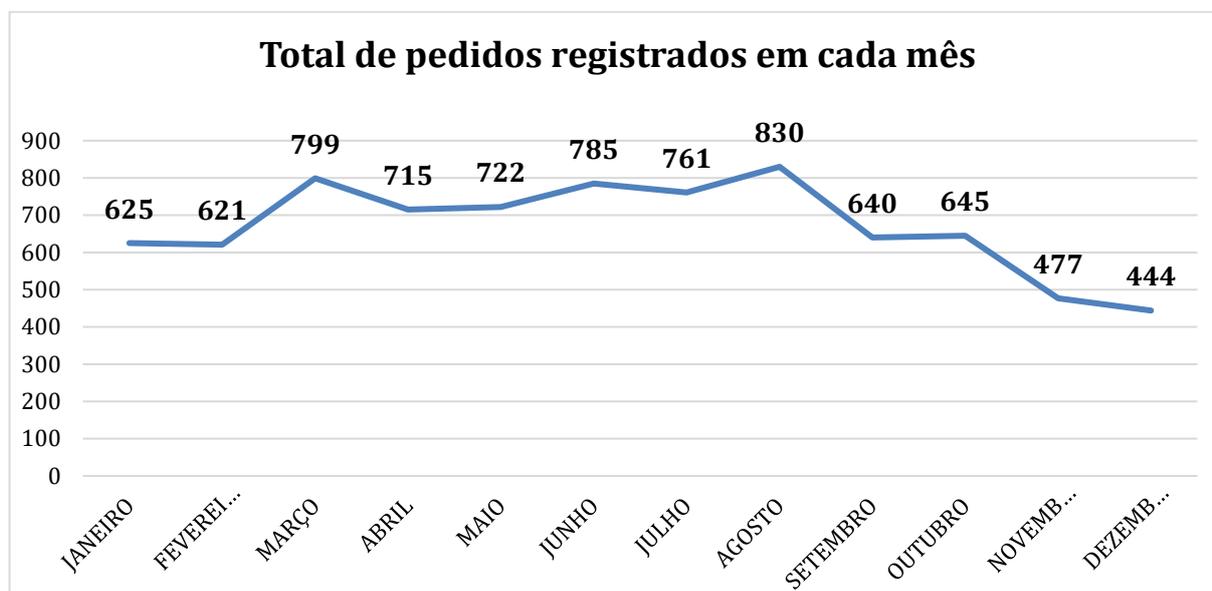
A evolução mensal da quantidade de pedidos de acesso à informação registrados para cada órgão e entidade da Administração Municipal está indicada a seguir. A tabela está em ordem alfabética. Para efeitos de disponibilização da informação, optou-se por indicar apenas a sigla de cada órgão ou seu nome reduzido:

Órgãos	jan	fev	mar	abr	maí	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
AMLURB	11	12	7	9	3	7	3		2		3	3	60
Casa Civil	6	7	8	8	4	3	26	3	2	4	2	1	74
CET	30	46	39	51	77	42	64	67	67	69	35	42	629
CGM	7	13	5	8	10	15	15	13	26	57	5	37	211
COHAB	21	10	16	13	10	13	14	8	14	13	13	6	151
FPETC		2	1	1		1			1		1	1	8
FTMSP			1	1		1			2		2		7
HSPM	2	1		1	2	1	2	2	2	3	2		18
IPREM	1	1	2	6	3	2	5	4	6	6	2		38
PGM	11	4	8	1	11	8	4	10	13	11	11	10	102
Prodam	10	3	1		1	4	2	2	3		2		28
SP Parcerias			2	3	1	1	2	2	1	1	1	1	15

SECOM	2		4	4		2		3	2		1	1	19
SEGES	17	19	10	9	16	16	27	21	21	15	8	10	189
SEHAB	9	10	16	10	11	11	8	17	15	8	14	10	139
SEME	4	12	9	2	4	2	2	8	3	1	4	3	54
SERI	1		1	2	5			3	2	2	1		17
SF	41	53	45	36	55	37	38	49	34	29	47	32	496
SF MSP	4	3	1	1	4	2	2	4	3		5		29
SGM	7	5	7	5	12	5	8	8	7	6	4	5	79
SIURB	22	11	12	11	10	14	17	20	7	14	3	16	157
SMADS	12	6	15	18	20	12	11	22	18	20	10	20	184
SMC	12	6	7	7	11	23	17	15	7	4	5	10	124
SMDET	4	3	6	1	7	3	7	5	3	4	2		45
SMDHC	2	3	12	11	5	6	6	9	3	4	7	3	71
SME	41	39	65	28	40	47	59	48	37	31	24	25	484
SMIT	4	2	1	8	7	3	7	3	9	5	4	2	55
SMJ		1	1	1	1	1	4	2	3	2	2	2	20
SMPED			4	2	4	2	11	1	4	4	1	2	35
SMRI					3		2	2	2	3	10		22
SMS	100	99	123	201	139	207	187	114	75	123	55	40	1463
SMSU	26	25	21	5	18	10	5	17	10	9	5	31	182
SMSUB	14	13	28	30	21	19	20	53	25	17	15	21	276
SMT	40	26	33	20	19	17	27	27	34	22	13	13	291
SMTUR								2	2		1		5
SMUL	13	15	30	21	13	19	5	20	18	30	27	11	222
SP OBRAS	4	6	4	5	1	7	3	8	8	9	5	8	68
SP Regula		1	1	2	5	13	8	17	7	4	7	5	70
SP URBANISMO				1	1	3		1	4	1	2	3	16
SPDA								2	3		1		6
SPSEC		1											1
SPTTrans	43	55	55	86	73	69	59	43	36	28	63	26	636
SPTURIS	6		1	3	3	4		1	2	4	1		25
Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	1	4	6	2	1	3		2	2	1		1	23

Subprefeitura Butantã	3	1	7	4	1	2	2	10	6	3	2	2	43
Subprefeitura Campo Limpo	2	4	3	2	2	2	1	4	3	1			24
Subprefeitura Capela do Socorro	3	2	7	4		8	1	5	3	1	4		38
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	2		3	3	3	2	3	5	2	2	1		26
Subprefeitura Cidade Ademar	1		4	1		2	3	4	4	1	2		22
Subprefeitura Cidade Tiradentes	1	2	3	2	1	2	1	5	1	1	1		20
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	2	1	4	1	1	5	1	8	3	1		2	29
Subprefeitura Freguesia / Brasilândia	2		3		1	3	1	5	1	1	3		20
Subprefeitura Guaianases	1	1	4	2		2	3	5	2	2	1	4	27
Subprefeitura Ipiranga	2	2	3	3		4	1	4	4	3		1	27
Subprefeitura Itaim Paulista	2	2	4	1	1	3	4	2	2	1		2	24
Subprefeitura Itaquera	2	2	5		6	3	3	9	1	4	1	2	38
Subprefeitura Jabaquara	2		4	2	8	3	1	3	4	1	3	2	33
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	2	1	4	2	4	4	5	6	3	2		1	34
Subprefeitura Lapa	5	1	7	1	6	8	1	6	3	2		3	43
Subprefeitura M' Boi Mirim	1		4	1	1	2	3	3	1	1	1		18
Subprefeitura Mooca	1		4	4	2	3	2	4	1	2		2	25
Subprefeitura Parelheiros	1		3	1	1	2		3	2	1	1	2	17
Subprefeitura Penha	2	3	3	4		7	2	5	1	5	1	1	34
Subprefeitura Perus	2		2	2		3	2	4	1	1			17
Subprefeitura Pinheiros	3	5	7	5	3	8	6	5	3	4	6		55
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	3	5	3	1	1	2	2	4	3	2	1		27
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	3	4	6	4	1	7	4	7	2	1	1		40
Subprefeitura Santo Amaro	5	3	7	1	2	2	3	4	4	1	1		33
Subprefeitura São Mateus	16	41	34	7	13	12	9	4	1	5	1	1	144
Subprefeitura São Miguel Paulista	9	4	7	1	1	3	3	4	1	3	1		37
Subprefeitura Sapopemba	6	1	4	2		2	1	4	2	2		1	25
Subprefeitura Sé	5	3	5	3		3	2	9	4	7	4	1	46

Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	1	2	4	1	1	2	2	3	4	1	3		24
Subprefeitura Vila Mariana	2	2	7	1	16	3	4	12	5	6	3	9	70
Subprefeitura Vila Prudente	1	3	4	1	4	5	2	4	5	4	1	1	35
SVMA	4	9	22	14	11	11	6	12	13	9	8	6	125
Total Geral	625	621	799	715	722	785	761	830	640	645	477	444	8064



No gráfico acima, é possível observar que as maiores concentrações de registros mensais de pedidos de acesso à informação ocorreram em agosto, seguido pelos meses de março e junho. Novembro e dezembro foram os meses nos quais ocorreu o menor número de registros. A média mensal em 2022 foi de 672 pedidos.

IV. Encaminhamentos

O Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC) da Prefeitura de São Paulo permite que os órgãos e entidades encaminhem, via sistema, pedidos de acesso à informação que não são de sua competência para o órgão ou entidade competente, conforme o art. 12, § 3º, inciso III do Decreto Municipal nº 53.623/2012. Essa funcionalidade permite que o protocolo registrado seja reaproveitado, quando a informação solicitada é de competência da municipalidade.

A solicitação de encaminhamento parte do órgão ou entidade que recebeu a demanda originalmente. Após a solicitação de encaminhamento, o pedido fica com o status “congelado” até que a Controladoria Geral do Município possa confirmar a competência do

órgão ou entidade indicado/a. Após a confirmação de competência para o atendimento do pedido, a CGM é responsável pelo deferimento do encaminhamento. Caso o órgão ou entidade indicada negue a competência, a CGM indefere a transferência. Uma vez deferido o encaminhamento, o pedido de acesso à informação passa a ter um novo órgão ou entidade responsável pela tramitação e a data para atendimento passa a ser contabilizada a partir do deferimento.

No ano de 2022, houve 1.324 solicitações de encaminhamento, 16% a menos que em 2021, no qual houve 1.573 solicitações. Do total de encaminhamentos em 2022, 1.177 foram deferidos e 147 foram indeferidos.

Total de Pedidos Encaminhados em 2022			
Mês	Deferidos	Indeferidos	Solicitações de encaminhamento
JANEIRO	73	10	83
FEVEREIRO	91	11	102
MARÇO	108	11	119
ABRIL	98	20	118
MAIO	102	12	114
JUNHO	96	11	107
JULHO	110	8	118
AGOSTO	146	20	166
SETEMBRO	100	16	116
OUTUBRO	127	10	137
NOVEMBRO	60	8	68
DEZEMBRO	66	10	76
TOTAL	1177	147	1324

V. Recursos de ofício

No e-SIC municipal, os “Recursos de Ofício” (R.O.) consistem em uma atividade que registra recursos automáticos para pedidos de acesso à informação que não receberam uma resposta dos órgãos e entidades da Prefeitura na fase inicial de sua tramitação ou na fase recursal de 1ª Instância.

Dessa maneira, se uma unidade não responde a uma solicitação em 20 dias (prazo máximo para resposta inicial) ou se solicita a prorrogação do prazo (10 dias) e, mesmo assim, não atende à solicitação ou, ainda, se deixa de analisar o recurso de 1ª Instância apresentado à sua autoridade máxima, o pedido é reportado automaticamente para a 2ª instância, mesmo

que o solicitante não registre o recurso. A partir de agosto de 2018, os pedidos recursais de 2ª instância passaram a ser apreciados pela Ouvidoria Geral do Município.

Os relatórios mensais publicados, disponíveis através do link https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/ouvidoria/transparencia_passiva/index.php?p=261543, são um retrato do que ocorreu no sistema e-SIC durante o período analisado, com base nos dados retirados do sistema no dia 01 do mês seguinte. Considerando os prazos, um mesmo protocolo pode ser trabalhado nos meses seguintes.

Na tabela abaixo, estão detalhados todos os 508 pedidos de informação que foram reportados à 2ª Instância automaticamente por Recursos de Ofício em 2022, o que corresponde a 6% do total de pedidos registrados no ano. A tabela apresenta o nome da unidade acionada, a quantidade de R.O.s recebidos, quantidade de pedidos de acesso à informação registrados para o órgão e a porcentagem de Recursos de Ofício enviados ao órgão em comparação ao total de pedidos registrados para aquele órgão ou entidade no ano de 2022.

Ao comparar o número de registros de Recursos de Ofício (aqueles que não tiveram resposta inicial ou na primeira fase recursal) dos anos de 2022 e 2021, é possível afirmar que houve uma diminuição de 26% em 2022.

Órgão	RO	Total registrado	% RO (comparado com o total registrado para o órgão)
AMLURB - Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	22	60	37%
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação	46	151	30%
FPETC_ Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	5	8	63%
SEGES - Secretaria Executiva de Gestão	4	189	2%
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação	14	139	10%
SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	7	54	13%
SERI – Secretaria Executiva de Relações Institucionais	8	17	47%
SF - Secretaria Municipal da Fazenda	1	496	0%
SFMSP - Serviço Funerário	3	29	10%
SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	2	157	1%
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	8	184	4%
SMC - Secretaria Municipal de Cultura	22	124	18%

SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	3	45	7%
SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	8	71	11%
SME - Secretaria Municipal de Educação	19	484	4%
SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	1	35	3%
SMRI - Secretaria Municipal de Relações Internacionais	2	22	9%
SMS - Secretaria Municipal da Saúde	118	1463	8%
SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana	23	182	13%
SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras	6	276	2%
SMT - Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes	4	291	1%
SMUL - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	2	222	1%
SP URBANISMO - São Paulo Urbanismo	1	16	6%
SPTrans - São Paulo Transportes S/A	6	636	1%
SPTURIS - São Paulo Turismo S/A	11	25	44%
Subprefeitura Butantã	1	43	2%
Subprefeitura Campo Limpo	1	24	4%
Subprefeitura Capela do Socorro	37	38	97%
Subprefeitura Cidade Ademar	5	22	23%
Subprefeitura Cidade Tiradentes	1	20	5%
Subprefeitura Ipiranga	17	27	63%
Subprefeitura Itaim Paulista	5	24	21%
Subprefeitura Itaquera	2	38	5%
Subprefeitura Jabaquara	2	33	6%
Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	6	34	18%
Subprefeitura Lapa	2	43	5%
Subprefeitura M' Boi Mirim	3	18	17%
Subprefeitura Mooca	4	25	16%
Subprefeitura Perus	2	17	12%
Subprefeitura Pinheiros	29	55	53%
Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	26	27	96%
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	1	40	3%

Subprefeitura Sapopemba	2	25	8%
Subprefeitura Vila Mariana	2	70	3%
Subprefeitura Vila Prudente	2	35	6%
SVMA - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	12	125	10%
Total Geral	508	-	6%

VI. Canal de Entrada dos Pedidos

No município de São Paulo, os pedidos de acesso à informação podem ser registrados através de três canais, conforme disposto no art. 14, § 1º, do Decreto Municipal 53.623/2012: sistema eletrônico por meio do Portal e-SIC, presencialmente nas unidades de atendimento do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão ou por correspondência física endereçada aos órgãos da Prefeitura de São Paulo ou à Controladoria Geral do Município.

Abaixo, observa-se a quantidade de pedidos registrados em 2022, de acordo com o canal de entrada de registro:

Canal de Entrada	Quantidade	% sobre o Total de pedidos
Internet	8048	99.80%
Carta	14	0.17%
Balcão	2	0.02%
TOTAL	8064	100,00%

2. Classificação Temática dos Pedidos de Acesso à Informação

Desde 2017, a Divisão de Transparência Passiva da Ouvidoria Geral do Município classifica os pedidos de acesso à informação registrados no Sistema e-SIC durante o ano. A classificação se dá em três grupos:

- A. **Tema VCGE²** – classificação dos pedidos com base no Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico.
- B. **Subtema** – classificação a partir de subtemas elaborados pela Prefeitura de São Paulo.
- C. **Natureza** – classificação de acordo com a natureza pública ou pessoal da solicitação.

I- 10 Principais temas solicitados em 2022

Abaixo, estão listados os dez assuntos (temas e subtemas) mais recorrentes nos pedidos de acesso à informação em 2022.

O subtema “Documentos”, englobado pelo tema “Administração Pública”, foi o mais demandado em 2022, correspondendo a 13% do total de pedidos registrados no ano. Na sequência, consta “Solicitação de Serviços”, com 12%. De acordo com a Súmula CMAI nº 04/2021, o sistema e-SIC não é o canal adequado para a solicitação de serviços ou consultas de protocolos realizados por meio do canal SP156 (as súmulas estão acessíveis através da página:

<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/comissao-municipal-de-acesso-a-informacao/>)

Subtema	Tema - VCGE	Quantidade	%Total
Documentos	Administração	1026	13%
Solicitação de Serviços	Fora do Escopo	978	12%
Funcionalismo	Administração	718	9%
Fora de Competência	Fora do Escopo	399	5%

² O Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE) é um vocabulário controlado destinado a indexar informações (documentos, bases de dados, sites etc.) desenvolvido pelo governo federal. Ele foi projetado com dois objetivos básicos: servir de interface de comunicação com o cidadão e como ferramenta de gestão. Por conta da natureza do VCGE, ele foi usado para classificar o conteúdo da informação solicitada de forma coordenada à classificação federal, já afeita à comunicação tanto com o cidadão quanto a de gestão, possibilitando a classificação aos mesmos moldes da União. O VCGE é feito para ser consultado pelo público em geral e seu processo de indexação deve atingir os objetivos mais gerais da demanda, o que significa a necessidade do próximo campo na tabela que é o subtema e que permite aproximar, em níveis administrativos, a demanda do munícipe às atividades desenvolvidas pelo Governo Municipal. A classificação do Tema do pedido corresponde ao Nível 1 do VCGE, de modo que o Subtema corresponde a uma classificação própria elaborada pela Prefeitura de São Paulo, na qual são apresentados subtemas relevantes à realidade municipal.

Serviços Urbanos	Urbanismo	333	4%
Equipamentos de Saúde	Saúde	328	4%
Ônibus Municipais	Transportes	291	4%
Multas	Transportes	282	3%
Outros em Saúde	Saúde	248	3%
Administração Financeira	Economia e Finanças	247	3%

Com relação à classificação de acordo com a natureza das solicitações, observou-se que 78% dos pedidos registrados em 2022 eram de natureza pública, enquanto 22% eram de natureza pessoal.

Natureza dos Pedidos	Total de pedidos	% do total de pedidos
Pessoal	1769	22%
Pública	6295	78%
Total	8064	100%

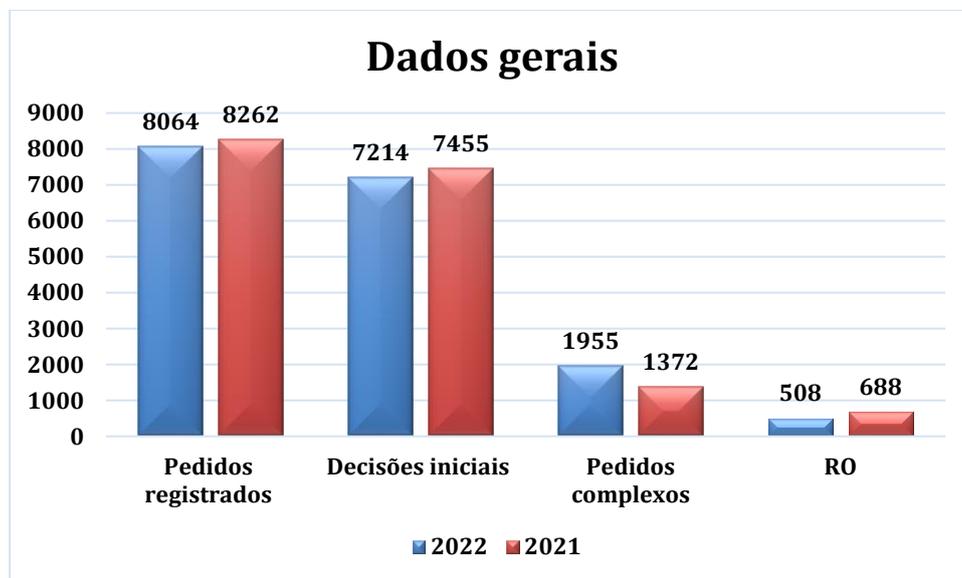
Ressalta-se que a classificação temática completa, contendo a classificação de todos os pedidos e o dicionário de variáveis, encontra-se disponível na página: <http://bit.ly/classificacao-tematica-esic>.

No ano de 2022, 54% dos pedidos solicitavam informações consideradas comuns, ou seja, que não exigem grandes trabalhos de análise e consolidação para o pleno atendimento. Na sequência, 24% dos pedidos eram relacionados a informações complexas, ou seja, aquelas que demandam mais trabalho de análise e consolidação de dados pelos órgãos. Por fim, 22% das solicitações registradas no e-SIC estavam fora do escopo de atendimento, constando desde solicitações de serviços, denúncias, reclamações, elogios até pedidos de informação que não são de competência da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Complexidade dos Pedidos	Total de pedidos	% do total de pedidos
Complexo	1955	24%
Comum	4362	54%
Fora de Escopo	1747	22%
Total	8064	100%

Uma das atribuições da Ouvidoria Geral do Município é coordenar as ações de transparência passiva no âmbito municipal e orientar os responsáveis pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) em cada órgão ou entidade, através da Divisão de Transparência Passiva, conforme o art. 28 do Decreto 59.496/2020. Em comparação ao ano de 2021, houve uma diminuição de 2,4% na quantidade total de pedidos registrados em 2022, porém houve um

aumento de 30% nos pedidos complexos (que demandaram mais trabalho e consolidação de informação para elaboração de resposta). Mesmo considerando o aumento de complexidade, com relação ao total de pedidos recebidos, manteve-se a proporção dos atendimentos dos pedidos na fase inicial no ano de 2022, se comparado a 2021; bem como houve uma diminuição de 26% no registro de Recursos de Ofício (aqueles que não tiveram resposta inicial ou na primeira fase recursal).



3. Perfil de usuários do e-SIC

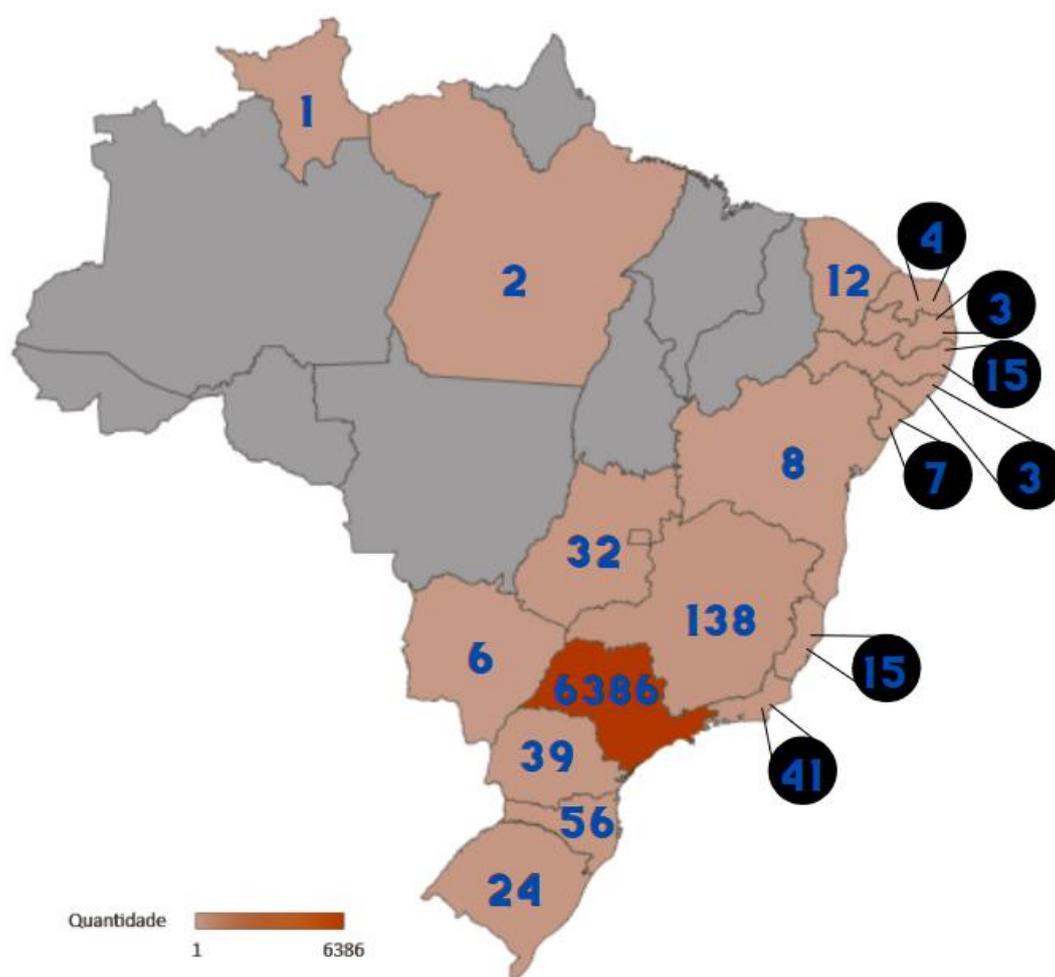
Ao se cadastrar no e-SIC, o/a solicitante tem a opção de preencher algumas informações que permitem traçar um perfil de usuários do sistema. A seguir, serão apresentados os aspectos gerais das pessoas que fizeram solicitações de informações à Prefeitura de São Paulo e que também optaram por fornecer essas informações.

I. Localização geográfica de solicitantes

A indicação do Código de Endereçamento Postal (CEP) não se configura como dado obrigatório para a realização de pedidos de acesso à informação via e-SIC. No entanto, com base nos cidadãos que indicaram o CEP, é possível identificar as regiões onde há maior concentração de pedidos de informação e-SIC. As regiões aqui indicadas são com base na divisão feita pelos Correios.

Nº da Região	Descrição	Quantidade de Pedidos
0	Grande São Paulo	5860
1	Estado de São Paulo (exceção da região da Grande São Paulo)	526
2	Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo	56
3	Estado de Minas Gerais	138
4	Estados da Bahia e Sergipe	15
5	Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte	25
6	Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima e Acre	19
7	Distrito Federal, Estados de Goiás, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	85
8	Estados do Paraná e Santa Catarina	95
9	Estado do Rio Grande do Sul	24
	Outros*	24
	Não Responderam	1197
	Total	8064

*Nesses casos são CEPs que apresentaram inconsistências ou são de lugares fora do Brasil.



II. Quantidade de pedidos por personalidade jurídica de solicitantes

Conforme o art. 14 do Decreto Municipal nº 53.623/2012, qualquer pessoa, devidamente cadastrada, poderá formular um pedido de acesso à informação. O cadastro de solicitantes no e-SIC exige a informação da natureza jurídica da pessoa solicitante (física ou jurídica). Para efetuar o cadastro é preciso informar nome e CPF ou razão social e CNPJ. Do total de pedidos em 2022, 93% foram cadastrados por pessoas físicas e 7% foram registrados por pessoas jurídicas.

Solicitante	Total de pedidos em 2022	% do total de pedidos 2022
Pessoa Física	7515	93%
Pessoa Jurídica	549	7%
Total	8064	100,00%

III. Quantidade de pedidos por gênero de solicitantes

Ao se cadastrar no sistema e-SIC não é obrigatório que o cidadão declare seu gênero. Entre as pessoas que responderam, 52% se identificam com o gênero masculino, 37% se identificam com o gênero feminino, 11% optaram por não responder.

Solicitante/ Gênero	Total de pedidos em 2022	% do total de pedidos 2022
Feminino	2983	37%
Masculino	4164	52%
Não Responderam	917	11%
Total	8064	100%

IV. Quantidade de pedidos por escolaridade de solicitantes

É facultado às pessoas que se cadastram no e-SIC informar seu nível de instrução. De forma geral, a maioria das pessoas cadastradas afirmaram ter formação acadêmica de Educação Superior (66,7%): 39,9% afirmaram possuir Ensino Superior; 16,4%, Pós-graduação; 7,7%, Mestrado; e 2,8%, Doutorado.

Do total, 14,2% afirmaram possuir formação de educação básica, sendo que 12,5% possuem Ensino Médio e 1,6% possuem Ensino Fundamental. Ainda, entre os que responderam, 0,3% afirmaram não possuir nenhuma instrução formal.

Escolaridade	Geral	%
Sem instrução formal	22	0.3%
Ensino Fundamental	130	1.6%
Ensino Médio	1012	12.5%
Ensino Superior	3215	39.9%
Pós-graduação	1326	16.4%
Mestrado	617	7.7%
Doutorado	222	2.8%
Não Informado	1520	18.8%
Total	8064	100%

Entre aquelas pessoas que informaram que se identificam com o gênero feminino, 55% cursam ou concluíram o Ensino Superior, 15% cursam ou concluíram Pós-Graduação, 14% cursam ou concluíram o Ensino Médio e 1% afirmou não possuir instrução formal. Entre as pessoas que se identificam com o gênero masculino, 38% cursam ou concluíram Ensino Superior, 21% cursam ou concluíram Pós-Graduação, 15% cursam ou concluíram Ensino Médio e 0,1 % afirmaram não possuir instrução formal.

Escolaridade	F	%	M	%	Total
Sem instrução formal	16	1%	5	0,1%	22
Ensino Fundamental	55	2%	74	2%	130
Ensino Médio	403	14%	609	15%	1012
Ensino Superior	1634	55%	1566	38%	3215
Pós-graduação	453	15%	872	21%	1326
Mestrado	203	7%	409	10%	617
Doutorado	129	4%	93	2%	222
Total	2983	100%	4164	100%	8064

V. Ocupação Profissional de solicitantes por pedidos

Em relação à ocupação profissional dos solicitantes, a maior parte dos pedidos foi realizada por outras profissões que não aquelas listadas no sistema (16,7%), seguido por pesquisadores (12,8%) e profissionais que atuam no setor privado (10,9%).

Profissão	Geral	%
Empregado - setor privado	882	10.9%
Empresário / Empreendedor	527	6.5%
Estudante	512	6.3%
Jornalista	552	6.8%
Membro de ONG internacional	47	0.6%
Membro de ONG nacional	36	0.4%
Membro de partido político	16	0.2%
Não Informado	1125	14.0%
Outra	1346	16.7%
Pesquisador	1032	12.8%
Professor	302	3.7%
Profis. Liberal / Autônomo	718	8.9%
Representante de Sindicato	2	0.02%
Servidor público estadual	386	4.8%

Servidor público federal	168	2.1%
Servidor público municipal	413	5.1%
Total	8064	100%

Considerando aqueles que identificaram a profissão e o gênero no cadastro, 22,7% das pessoas que se identificam com o gênero feminino afirmaram ser profissionais liberais ou autônomas, 22,3% afirmaram ser professoras e 11,3% afirmaram ser empregadas de setor privado. Entre aqueles que se identificam com o gênero masculino, 16% afirmaram ser professores, 13% afirmaram ser pesquisadores e 13% afirmaram ser empregados de setor privado.

Profissão	Não informado	F	%	M	%	Total Geral
Empregado - setor privado	17	336	11.3%	529	13%	882
Empresário / Empreendedor	122	90	3.0%	315	8%	527
Estudante	8	216	7.2%	288	7%	512
Jornalista	0	134	4.5%	418	10%	552
Membro de ONG internacional	43	3	0.1%	1	0%	47
Membro de ONG nacional	1	13	0.4%	22	1%	36
Membro de partido político	6	0	0.0%	10	0%	16
Pesquisador	209	195	6.5%	534	13%	1032
Professor	1	664	22.3%	654	16%	302
Profis. Liberal / Autônomo	86	676	22.7%	147	4%	718
Representante de Sindicato	0	218	7.3%	83	2%	2
Servidor público estadual	0	178	6.0%	454	11%	386
Servidor público federal	0	1	0.0%	1	0%	168
Servidor público municipal	0	82	2.7%	304	7%	413
Total	917	2983	100%	4164	100%	8064

4. Transparência Ativa

Para cumprir as obrigações legais de transparência pública e oferecer um repositório confiável de dados públicos referentes à Prefeitura de São Paulo, a Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos da CGM mantém atualizados o Portal da Transparência e o Portal de Dados Abertos. Confira abaixo as estatísticas de uso desses canais.

I. Portal da Transparência

No ano de 2022 a Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos implementou novas funções e mecanismos ao Portal da Transparência Municipal. Foram incluídos dois novos campos na pesquisa sobre o Funcionalismo municipal, denominados Total de Descontos e Total Líquido, aprofundando o detalhamento das remunerações dos servidores da Administração Pública Direta.

Também foi criada conexão entre a consulta aos contratos assinados da Prefeitura do Município de São Paulo e suas respectivas Notas de Empenho e Liquidação. Com isso, o usuário possui maior rastreabilidade das informações orçamentárias da PMSP. Ainda foram implementadas novas páginas e direcionamentos de usuários, com o objetivo de melhorar a integração do Portal da Transparência aos demais repositórios de informações da PMSP.

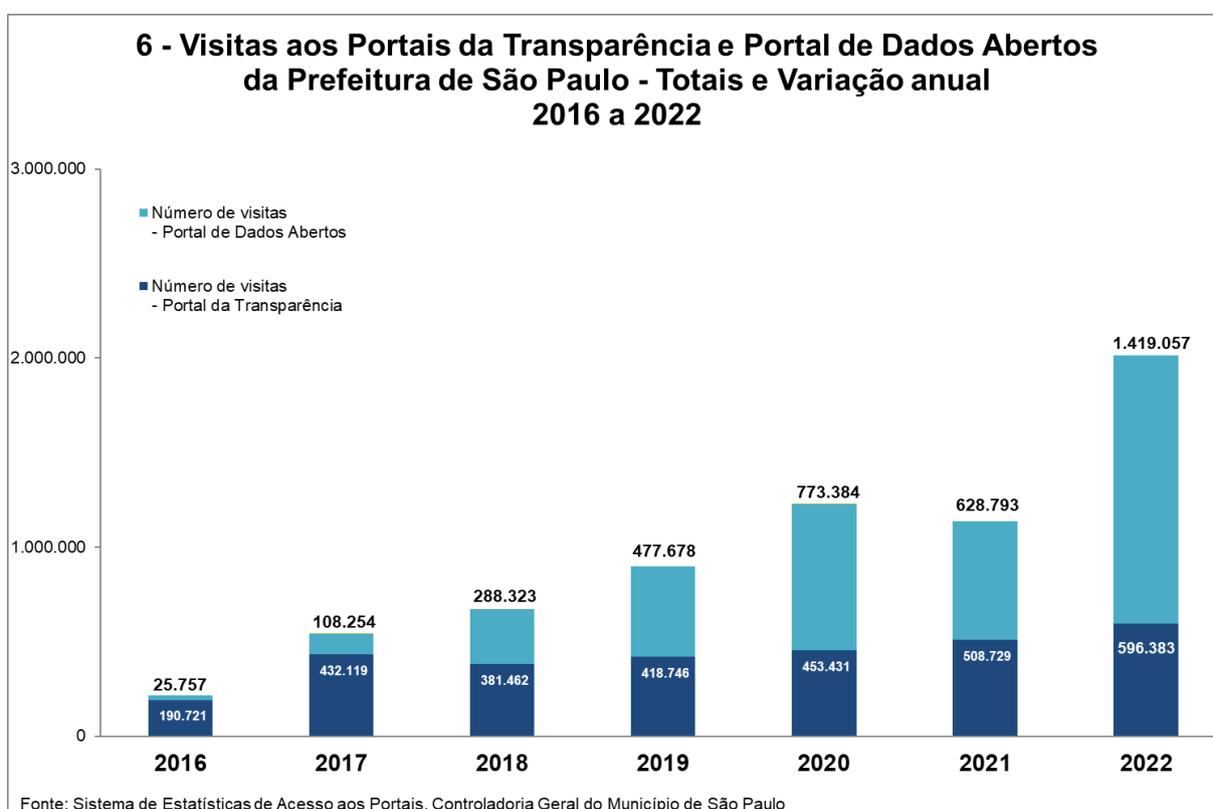
Ainda em 2022, a Divisão de Transparência Ativa e Dados Abertos auxiliou no lançamento do Portal Obras Abertas - em parceria com a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB) - que pode ser acessado por meio de botão na página inicial do Portal da Transparência. A plataforma reúne, em um só local, todas as obras que estão sob a responsabilidade da SIURB, sendo prevista uma expansão futura das informações para os demais órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo. A população tem à sua disposição informações detalhadas sobre as obras da administração municipal, atualizadas de maneira automática e periódica, contando também com acesso à base de dados em formato aberto e fotos das obras atualizadas periodicamente.

Ao longo de 2022 o Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD) foi o tema de trabalho do Subgrupo de Bases de Uso Geral (no âmbito do Comitê Central de Governança de Dados - CCGD). Foram estudadas formas de regulamentação para o tema, considerando que há previsão legal do CMBD na Lei Municipal nº 17.273/2020, e também melhorias nos

metadados coletados no processo anual de atualização.

Este trabalho resultou na coordenação, junto ao CCGD, para que em 2023 o CMBD seja considerado um Cadastro de Uso Geral na Prefeitura, possibilitando a integração entre as duas ações e uma possível automatização na coleta de dados. Ainda foram implementadas melhorias no CMBD 2022, que agora passa a ser levantado a partir de um formulário único de preenchimento para cada base de dados gerida pela unidade. Este novo formato de levantamento possibilitará maior completude dos metadados, incluindo mapeamentos sobre o compartilhamento dos dados, transparência e proteção de possíveis dados pessoais.

II. Visitas ao Portal da Transparência e ao Portal de Dados Abertos entre 2012 e 2022



O Portal da Transparência pode ser acessado pelo link:

[Página Inicial - Portal da Transparência](#)

III. Visitantes únicos, nº de visitas e páginas visitadas do Portal da Transparência - 2012 e 2022

Ano	Visitantes Únicos	Nº de Visitas	Páginas Visitadas
2012	44.168	76.491	1.597.797
2013	79.122	146.405	2.607.839
2014	135.195	192.407	3.268.225
2015	108.681	185.200	2.909.099
2016	126.670	190.721	3.579.494
2017	169.109	432.119	4.831.820
2018	179.973	381.462	5.789.287
2019	184.833	418.746	7.921.016
2020	230.029	453.431	7.494.561
2021	364.177	508.729	5.114.653
2022	446.173	596.383	5.365.519
TOTAL	2.068.520	3.582.094	50.479.310

Em 2022, a quantidade de visitantes únicos no Portal da Transparência cresceu 22,5% em comparação com o ano anterior. O número de visitas cresceu cerca de 17,2%.

IV. Visitantes únicos, nº de visitas e páginas visitadas do Portal de Dados Abertos - 2012 e 2022

No ar desde dezembro de 2015, o Portal de Dados Abertos organiza e disponibiliza os dados produzidos pela Administração Municipal. Ele pode ser acessado pelo seguinte link: [Portal de Dados Abertos](#). Abaixo, constam os dados de acesso do Portal:

Ano	Visitantes Únicos	Nº de Visitas	Páginas Visitadas
2015 ¹⁶	532	854	29.942
2016	18.308	25.757	320.195
2017	73.742	108.254	1.042.916

2018	207.665	288.323	2.331.807
2019	345.420	477.678	3.817.376
2020	467.316	773.384	4.621.455
2021	505.639	628.793	5.114.836
2022	533.045	1.419.057	10.376.541
TOTAL	2.151.667	3.722.100	27.655.068

Em 2022, o número de visitas do Portal de Dados Abertos cresceu 125,7%, enquanto o aumento de páginas visitadas no Portal foi de 102,9%.

V. N° de Visitas, de Páginas Visitadas e Volume de dados baixados em ambos os portais – 2012 a 2022

Na tabela abaixo estão a somatória dos quantitativos anuais de ambos os portais, considerando o número de visitas, quantidade de páginas visitadas e o volume de dados baixados do Portal da Transparência e do Portal de Dados Abertos.

Os dados são quantificados a partir de 2016, considerando a criação do Portal de Dados Abertos apenas em dezembro de 2015. Os dados consideram apenas o tráfego visualizado, ou seja, feito a partir de um usuário real, e não por robôs ou mecanismos de extração automatizados.

Ano	N° de Visitas	Páginas Visitadas	Volume de Downloads (em gb)
2016	216.478	3.899.689	627
2017	540.373	5.874.736	1.250
2018	669.785	8.121.094	1.352
2019	896.424	11.738.392	1.879
2020	1.226.815	12.116.016	1.907
2021	1.137.522	10.229.489	2.220
2022	2.015.440	15.742.060	2.351
TOTAL	6.702.837	67.721.476	11.587

5. Informações Classificadas e Desclassificadas

De acordo com o art. 30 do Decreto Municipal nº 53.623/2012, que regulamenta a LAI no âmbito do Executivo Municipal, são passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado. Essas informações devem ser classificadas como “reservada”, “secreta” ou “ultrassecreta”, o que define seus prazos máximos de restrição ao acesso em 05, 15 ou 25 anos, respectivamente. O Decreto prevê, ainda, que a classificação da informação com base no grau do seu sigilo poderá decorrer da apresentação de pedido de acesso à informação (art. 77).

Desde a publicação do Decreto Municipal nº 56.519/2015, a classificação das informações, em qualquer grau de sigilo, é competência exclusiva da Comissão Municipal de Acesso à Informação (CMAI), também por meio de Termo de Classificação. Cabe à CMAI rever, quando provocada, ou de ofício, conforme o art. 40, inciso II do Decreto Municipal nº 53.623/2012, a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de modo que a revisão de ofício deve ocorrer em até quatro anos da data da classificação. Além disso, a CMAI pode prorrogar, uma única vez e por período determinado, não superior a 25 anos, o prazo de sigilo de informação ultrassecreta, mediante justificativa.

No decorrer do ano de 2022, não houve deliberação acerca da classificação ou desclassificação de sigilo de informações pela CMAI, tampouco revisões ou reavaliações de classificação em sigilo.

Seguem abaixo os Termos de Classificação atualmente vigentes:

TERMO Nº	01 / SMADS
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Localização de serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes vítimas de abandono, negligência, violência, exploração, ou por decisão judicial de destituição temporária ou permanente do poder familiar.
TIPO DE DOCUMENTO	Excel – tabela de serviços conveniados
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	30/04/2020*
FUNDAMENTO	Conforme art. 23, inciso III da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e art. 30, inciso IV do Decreto Municipal nº 53.623/2012.
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	Segundo a Lei Federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 o referido serviço é uma unidade de prestação de serviço de proteção e acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, maus tratos, exploração, abandono, e outras situações de risco pessoal. Assim, a divulgação

	pública de sua localização poderá colocar a vida de seus moradores em risco.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassecreto – 25 (vinte e cinco) anos (art. 33, III, Decreto Municipal nº 53.623/2012) ou após consumado o evento correspondente a 03 anos do encerramento da utilização do imóvel como unidade de acolhimento.

* O Termo de Classificação nº 01/SMADS foi reclassificado na data de 30/04/2020, sendo a data de classificação original o dia 19/12/2019.

TERMO Nº	02 / SMADS
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Localização de Serviço de Acolhimento Institucional de Vítimas de Violência – Vítimas de abandono, negligência, exploração violência sexual, ou por decisão judicial medida protetiva.
TIPO DE DOCUMENTO	Excel – tabela de serviços conveniados
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	30/04/2020*
FUNDAMENTO	Conforme art. 23, inciso III da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 e art. 30, inciso IV do Decreto Municipal nº 53.623/2012.
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	O referido serviço é uma unidade de prestação de serviço de proteção e acolhimento de vítimas de violência, maus tratos, exploração, abuso, violência física, psicológica ou sexual, entre outras situações de risco pessoa. Assim, a divulgação pública de sua localização poderá colocar a vida de seus moradores em risco.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassecreto – 25 (vinte e cinco) anos (art. 33, inciso III do Decreto Municipal nº 53.623/2012) ou após consumado o evento correspondente a 3 anos do encerramento da utilização do imóvel como unidade de acolhimento.

* O Termo de Classificação nº 02/SMADS foi reclassificado na data de 30/04/2020, sendo a data de classificação original o dia 19/12/2019.

TERMO Nº	01 / SMDHC
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para Mulheres (na data de classificação: SMPM - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres)
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência
TIPO DE DOCUMENTO	Localização de abrigo
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	09/05/2014

FUNDAMENTO	Conforme Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 – Seção II, art. 23, Inciso VII, e Decreto Municipal nº 53.623/2012, art. 30, Inciso IV.
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	O referido serviço, Casa Abrigo Helenira de Souza Rezende, é uma oferta de acolhimento provisório que oferece proteção e abrigo às mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaça em razão de violência doméstica e familiar, demais violências causadoras de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Desta forma, a divulgação pública da localização da Casa Abrigo Helenira de Souza Rezende poderá colocar a vida de suas abrigadas em risco, considerando que as mulheres acolhidas, acompanhadas ou não de seus filhos, precisam ter sua segurança garantida.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassegredo – 25 (vinte e cinco) anos.

TERMO Nº	02 / SMDHC
ÓRGÃO/ENTIDADE	SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Coordenação de Políticas para Mulheres (na data de classificação: SMPM - Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres)
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência
TIPO DE DOCUMENTO	Localização de abrigo
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	20/04/2016
FUNDAMENTO	Conforme o art. 35, II, da Lei Federal 11.340/06 (Lei Maria da Penha), o art. 23, inciso VII, da Lei Federal nº 12.527/11 e o art. 30, IV, do Decreto Municipal nº 53.623/2012.
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	Da mesma maneira que a Casa Abrigo Helenira de Souza, cujo sigilo reside no TC nº 001/SMPM, a futura nova Casa Abrigo, ainda não nomeada, comporá a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Esse serviço é uma oferta de acolhimento provisório, que oferece proteção às mulheres, acompanhadas ou não dos seus filhos e filhas, em situação de risco ou ameaça, em razão da violência doméstica e familiar, demais violências causadoras de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Desta forma, a divulgação pública de sua localização poderá colocar a vida de suas abrigadas em risco, considerando que as mulheres acolhidas, acompanhadas ou não de seus filhos e filhas, necessitando ter sua segurança garantida.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Ultrassegredo – 25 (vinte e cinco) anos

TERMO N°	01 / SEHAB
ÓRGÃO/ENTIDADE	SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
ASSUNTO DA INFORMAÇÃO	Imóveis ocupados e ocupações em entroncamentos e vias arteriais/marginais, que serão objeto de desocupação com base nas metas 10.1 e 10.2 do Programa de Metas da Prefeitura Municipal.
TIPO DE DOCUMENTO	Endereço dos 27 imóveis públicos municipais ocupados que serão objeto de desocupação com base nas metas 10.1 e 10.2 do Programa de Metas da Prefeitura Municipal.
DATA DE CLASSIFICAÇÃO	30/01/2020
FUNDAMENTO	Art. 30, inciso IV do Decreto Municipal nº 53.623/2012
RAZÃO DA CLASSIFICAÇÃO	Dados sobre os prédios e áreas que ainda serão objeto de desocupação. No entender desta Secretaria, seria temerário tornar públicas tais informações, pois as ações de desocupação ainda estão sendo planejadas, de modo que sua divulgação prematura geraria instabilidade nos locais, podendo pôr em risco a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos por ocasião da desocupação. Além disso, tal divulgação poderia levar a um adensamento das ocupações já existentes, movido pela esperança de obtenção de alguma forma de atendimento habitacional por ocasião de desocupação, o que aumentaria os custos e os riscos das ações a serem realizadas. São 17 prédios públicos ocupados por aproximadamente 1.546 famílias. Para ocupações em entroncamentos e baixos de viadutos, são 10 localidades, envolvendo aproximadamente 1.172 domicílios.
GRAU DO SIGILO E PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO	Reservado – 5 (cinco) anos (art. 33, inciso III do Decreto Municipal nº 53.623/2012), ou após consumado o evento correspondente à execução do plano de desocupação.

6. Capacitações e debates realizados

Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022, a Controladoria Geral do Município (CGM) realizou eventos e atividades de formação, nas quais houve a presença de 1.028 participantes ao todo. Os 29 eventos e formações mantiveram seu objetivo de disseminar a cultura da transparência na Administração Pública e na sociedade.

Atividade	Público	Número de Eventos	Número de Presentes
Formação – Rede INFO Aberta	Servidores Públicos	2	53
Oficina da LAI	Sociedade Civil e Servidores Públicos	10	321
Atividades de promoção da transparência, controle social e governo aberto	Sociedade Civil e Servidores Públicos	17	654
Total		29	1028

Os tópicos seguintes apresentam uma lista desses eventos, acompanhados da data de realização e do número de participantes, categorizados por: **(I)** Atividades internas de formação, voltadas para servidores/as municipais; **(II)** Atividades envolvendo público interno e externo, que são encontros e espaços de interlocução entre o poder público e a sociedade civil; e **(III)** Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto, realizado por meio de edital de contratação de pessoas físicas para ministrarem oficinas ligadas aos eixos de Governo Aberto (transparência, participação social, prestação de contas e tecnologia e inovação).

I. Atividades internas de formação

No ano de 2022, a Controladoria Geral do Município (CGM) promoveu 02 atividades formativas dedicadas exclusivamente aos servidores/as municipais da Rede INFO Aberta, com um total de 53 participantes. Os cursos tiveram por objetivo capacitar e instrumentalizar os/as participantes nos temas de transparência pública, utilização do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e governo aberto. Seguem abaixo as atividades.

Atividade	Data	Número de Presentes
Formação – Rede INFO Aberta		
Curso 'Governo Aberto na Prática'	25/08/2022	15
Capacitação sobre transparência passiva para pontos focais de e-SIC da Rede INFO Aberta	25/11/2022	38
Total	2	53

II. Atividades envolvendo Público Interno e Externo

Em 2022, a Controladoria Geral do Município (CGM) realizou 27 eventos e atividades de formação voltadas ao público interno e externo, com um total de 975 participantes. Essas atividades consistiram em 10 oficinas da LAI e 17 atividades de promoção da transparência, controle social e governo aberto. Seguem abaixo as atividades discriminadas por tipo:

Atividade	Data	Público Presente
Oficina da LAI		
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	10/02/2022	24
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	16/03/2022	36
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	24/03/2022	31
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	12/04/2022	42
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	09/06/2022	37
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	22/06/2022	24
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	29/06/2022	30
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	15/09/2022	40

Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	05/10/2022	31
Curso 'Lei de Acesso à Informação – Ferramenta do Controle Social'	07/11/2022	26
Total	10	321

Atividade	Data	Público Presente
Atividades de promoção da transparência, controle social e governo aberto		
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	16/02/2022	23
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	09/03/2022	38
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	29/03/2022	37
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	05/04/2022	46
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	04/05/2022	49
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	31/05/2022	31
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	07/06/2022	34
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	08/06/2022	22
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	21/06/2022	34
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	05/07/2022	27
Curso 'Controle Social do Orçamento Público Municipal'	20/07/2022	42
Curso 'Participação e Controle Social na Gestão Pública Municipal'	28/07/2022	55
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	03/08/2022	25
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	13/09/2022	41

Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	05/10/2022	25
Curso 'Cidadania, Controle Social e Lei de Acesso à Informação'	18/10/2022	92
Curso 'Pedidos de Informação Pública: Ferramenta de Cidadania'	09/11/2022	33
Total	17	654

III. Atividades do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto

Para a 6ª edição do Programa Agentes de Governo Aberto, o edital de credenciamento foi reformulado a fim de diminuir o rito processual necessário à realização de cada edição. Dessa forma, a 6ª edição possibilitou selecionar Agentes de Governo Aberto aptos a oferecer oficinas em 2021 e 2022.

O edital de credenciamento foi dividido em 7 categorias temáticas: 1. Governo Aberto; 2. Orçamento Público e Gestão Municipal; 3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; 4. Instrumentos de Planejamento Urbano; 5. Saúde e/ou Assistência Social; 6. Estrutura e Funcionamento Estatal; e 7. Governo Aberto nas Escolas.

Em 2022, foram recebidos 14 projetos no processo de inscrição. Destes, 6 obtiveram nota de corte para serem executados. É importante salientar que, durante o ano de 2021, 47 projetos já haviam sido selecionados, sendo 29 executados no primeiro ciclo e uma desistência. Restaram, assim, 17 projetos que já haviam sido selecionados em 2021, aos quais somaram-se os novos projetos recebidos no chamamento de 2022.

O ciclo de 2022 contou com a contratação efetiva de 19 Agentes de Governo Aberto. Cada Agente possuiu a carga horária máxima de 40 horas de oficinas práticas, além de 40 horas de planejamento, a serem realizadas entre 24 de abril e 31 de agosto de 2022. Foram realizadas 300 oficinas com público, atingindo 5.519 participações.

A categoria 1. Governo Aberto, que contempla a promoção e difusão de práticas e usos de ferramentas de transparência, integridade, participação e inovação, teve 4 projetos realizados, com 150h43m de atividades executadas e 1.292 participações. Tais atividades estão relacionadas a seguir.

Nome da Oficina	Quantidade de Oficinas	Carga Horária	Público Presente
Ser ou não ser um Conselheiro Municipal?	17	40h	440
Formatos Acessíveis na Comunicação Pública	18	39h31m	334
Onde encontrar e como utilizar os dados abertos espaciais: da visualização à produção de mapas simples com dados do Geosampa	19	40h	333
Política: papo (e espaço) de Mulher!	18	31h12m	185
Total	72	150h43m	1292

Mais informações sobre essas e outras oficinas do Programa Agentes de Governo Aberto, em 2022, constam no relatório do Programa, disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/1oRhcxGCsaJ5NnFTMAgXQ9uggyIKUJj5T/view>.

7. Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto

A Rede de Agentes Públicos pelo Acesso à Informação e Governo Aberto, ou simplesmente Rede INFO Aberta, é uma rede de servidores municipais dedicada a institucionalizar e disseminar a temática de governo aberto e transparência dentro da Prefeitura de São Paulo. Construída a partir de um compromisso firmado entre a Prefeitura de São Paulo e a Open Government Partnership (OGP), no âmbito do Plano de Ação em Governo Aberto, ela foi institucionalizada a partir da Portaria nº 025/SMJ/CGM-G/2017, de 29 de maio de 2017.

Cada órgão e entidade da Administração Municipal direta e indireta deve indicar à Controladoria Geral do Município (CGM), anualmente, rol de servidores que integrarão a Rede INFO Aberta, sendo eles: autoridade máxima do órgão ou entidade, chefia de gabinete, pontos focais de e-SIC e pontos focais de governo aberto. Em 2022, 304 pontos focais de e-SIC e 172 pontos focais de governo aberto fizeram parte da rede.

Em 25/11/2022, foi realizada uma capacitação para orientação dos pontos focais de e-SIC. Os pontos focais de governo aberto, por sua vez, participaram de duas reuniões (12/07/2022 e 24/10/2022) e do curso 'Governo Aberto na Prática' (25/08/2022), que tiveram como objetivo instruí-los sobre a execução da principal atividade do período: o Mapeamento de Iniciativas de Governo Aberto.

O Mapeamento de Iniciativas de Governo Aberto é um levantamento de ações dos órgãos da Prefeitura de São Paulo voltadas para a promoção da transparência, participação social, prestação de contas e tecnologia e inovação. O objetivo dessa ação é criar um panorama do desenvolvimento da pauta de governo aberto no município e, ao mesmo tempo, contribuir para a cocriação de novos compromissos em governo aberto junto à população. Os pontos focais de governo aberto da Rede INFO Aberta foram responsáveis por auxiliar no preenchimento do formulário de levantamento das iniciativas.

Referências

Legislação

[Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) – Lei de Acesso à Informação.

[Lei Municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013](#) – Cria a Controladoria Geral do Município.

[Decreto Municipal nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012](#) – Regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Executivo do Município de São Paulo.

[Decreto Municipal nº 54.779, de 22 de janeiro de 2014](#) – Promove alterações no Decreto nº 53.623/2013 e cria o Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD).

[Decreto Municipal nº 56.519, de 16 de outubro de 2015](#) – Altera o Decreto nº 53.623, alterando procedimentos para a classificação e desclassificação de informações de caráter sigiloso no município.

[Portaria nº 025/SMJ/CGM-G/2017](#) – Institui o estatuto que regulamenta a Rede INFO Aberta.

Links de acesso

[Base de dados 'Classificação Temática'](#) – Base de dados referente às categorizações dos pedidos de acesso à informação de 2017.

[Base de dados 'Informações Cadastrais'](#) – Base de dados referente às informações cadastrais de solicitantes via sistema e-SIC.

[Base de dados 'Pedidos Respondidos'](#) – Base de dados de todas as solicitações de acesso à informação realizadas à Prefeitura de São Paulo.

[Programa Agentes Formadores de Governo Aberto 2021](#) – Relatório de 2021 do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto.

[Programa Agentes Formadores de Governo Aberto 2022](#) – Relatório de 2022 do Programa Agentes Formadores de Governo Aberto.

[Relatório da LAI 2017](#) – Relatório anual da Lei de Acesso à Informação de 2017.

[Relatório da LAI 2018](#) – Relatório anual da Lei de Acesso à Informação de 2018.

[Relatório da LAI 2019](#) – Relatório anual da Lei de Acesso à Informação de 2019.

[Relatório da LAI 2020](#) – Relatório anual da Lei de Acesso à Informação de 2020.

[Relatório da LAI 2021](#) – Relatório anual da Lei de Acesso à Informação de 2021.

[Relatórios - Transparência Passiva](#) - Relatórios mensais e semestrais da Divisão de Transparência Passiva

[Termos de Classificação - LAI](#) – Termos de classificação vigentes no Município de São Paulo.

[VCGE v. 2.1.0](#) – Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico, versão 2.1.0, ano 2016.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO